

5

Considerações finais

A ‘noção geral’ de livros é suficiente para denotar atividades elevadas, da mesma forma que mobília de veludo acaba sugerindo prazeres sensuais. Tão importante é o simbolismo do livro que sua presença ou ausência pode, aos olhos do observador, dar ou tirar poder intelectual de um personagem. (Alberto Miguel).

Uma das primeiras reflexões extraídas deste estudo é aquela que observa que o aflorado simbolismo do livro, apesar de possuir correspondência mercadológica - traduzida nos altos preços dos títulos e nos valorizados espaços das vitrines -, não interfere efetivamente nos índices de leitura do país. Pelo contrário, o prestígio do livro também se faz motivado e alimentado por estes mesmos números que declinam seu aproveitamento como suporte de leitura: quanto menos se lê, mais *rara* se torna esta prática, mais valor se dá aquele que lê e, por consequência, mais fascínio exerce o objeto que simboliza a leitura e o conhecimento – configurando, portanto, uma valorização mais conceitual do que prática: “Se todo mundo lesse, não seria todo mundo intelectual. O Brasil não é um país de leitores, infelizmente, mas tem uma percepção do livro ainda como uma coisa nobre” (trecho do depoimento de Isadora T.). Pode-se considerar, portanto, ainda que provisoriamente, que a função primordial do objeto, na prática, ainda encontra-se aquém de seu valor cultural e simbólico na realidade brasileira¹: “ainda existe uma associação do livro como um objeto de valor, uma coisa exclusiva e sofisticada. Externamente, porque as pessoas não leem ou leem muito pouco” (trecho do depoimento de Samantha K.).

Analisando este resultado a partir da teoria de Baudrillard (1973, p. 91) que sugere que “sempre aquilo que falta ao homem se acha investido no objeto”, a estima pelo livro e o consumo do seu valor simbólico representariam, tomando a sociedade como um todo, o desejo de alcançar e possuir aquilo que foge à “minha” condição – proposta que dialoga intensamente com a base da presente pesquisa, na qual se observa que a partir do (*não*) lugar da leitura, reserva-se um valor social bastante significativo ao suporte que a representa socialmente. Partindo da teoria de Kopytoff (2008) que supõe que as significações sociais dos bens pautam toda motivação do sujeito para seus consumos, pressupõe-se, primeiramente, que a presença do livro nas relações intelectuais com poetas e

¹ Ainda que as campanhas de fomento à leitura venham adquirindo espaço e novos parceiros, os resultados produzidos ainda mostram-se insuficientes.

autores consagrados, sendo constantemente exibido como objeto de adoração e afeição, contribui, em muito, para acentuar esta simbologia e ampliar as relações sociais. Em virtude da escassez social daquilo que representa – a leitura e a cultura - e dos nobres valores associados ao objeto na decoração, na mídia e na literatura, o livro, via combinação material e simbólica, adquire *status* de “legitimidade”, “raridade” e “excelência” (Bourdieu, 2011) na contemporaneidade.

Enquanto Paul Ricoeur considera que os livros não apropriados por “leitores” não representam senão um mundo de textos sem existência verdadeira (Chartier, 1998), a presente pesquisa, no entanto, revela, a partir da força material, simbólica e cultural do suporte, os tantos outros fins, para além da prática legítima, que atribuem ao artefato tantas outras “vidas” possíveis. Deste modo, priorizou-se, portanto, as apropriações do livro a partir das variadas leituras, em lugar de acentuar a expropriação do leitor (textual e estético) a partir do objeto e da função primordial (Chartier, 1964). A questão que emerge espontaneamente da epígrafe reforça a discussão promovida por Steven Fischer (2006, p. 11), que, citando D. C. Mitchell, questiona a definição cultural de leitura, quando a define modernamente como “a capacidade de extrair sentido de símbolos escritos ou impressos”. Neste estudo, considerou-se que a materialidade e a força simbólica do livro, somados aos baixos índices de leitura no Brasil, promovem e ampliam a imagem social deste exercício intelectual e afetivo, reforçando-o como atividade culta, estimada e valorada, acentuam o valor do objeto que a representa, mas permitem, em contrapartida, a proliferação de outras novas leituras - estéticas e culturais - tão socialmente relevantes quanto, que estariam extraindo sentido, não da escrita e do conteúdo do suporte, mas da força estética dos “símbolos-objetos” para afirmar personalidades e contextos.

Frequentemente representado como objeto passível de veneração e respeito, apresentando-se como símbolo legítimo do conhecimento, arrisca-se argumentar que, se existe alguma “ameaça” contemporânea ao livro, estaria ela configurada e traduzida muito mais por uma crise da leitura (Chartier, 2010) - que se origina em 1890, na França (Cânfora, 2003) -, ou pela transformação da mesma, do que por uma crise da materialidade ou da função cultural do suporte. Transformado em uma das atuais tendências de consumo, deu-se natural o esvaziamento de sua função primordial em determinados cenários para o acúmulo de novos encaixes e

encontros a partir de sua imagem social. Essas premissas validaram-se, na pesquisa, a partir dos campos da moda e da decoração, que acentuam cada vez mais, o uso do livro para agregar valor e beleza às suas produções. Como signo cultural - de riqueza, bom gosto, sofisticação, sabedoria, intelecto -, o livro, despido do rigor formal do uso original, excede a função de “conservador e repositório do texto escrito” (Chartier, 2010) e atua, sobretudo, como elemento ativo de um sistema de significação e classificação da vida social.

Ao transcender o espaço do sacrário e voltar-se a esferas sociais mais cotidianas, o livro se mantém como o principal suporte de leitura, mesmo em meio a discursos que preveem seu fim, mas, culturalmente, conquista outros valores: funciona como elemento de prestígio e de distinção cultural, atua restrito à forma, e figura o bem mais atuante, funcional e recorrente na caracterização dos adjetivos “culto” e “inteligente”, conforme apontado na introdução, mas também do “culturalizado” e do “moderno”², atribuindo, de fato, maior consistência e pertinência a estes conceitos tão relativos. Por outro lado, dessacralizado, sua exposição não mais conota necessariamente valores de ordem intelectual. A partir da pluralização da produção e do culto à materialidade do objeto, associaram-se aos livros novas práticas distintas, novos conceitos e também novos estilos (*retrô* e *vintage*). Sua posse não pressupõe apenas a inteligência e o conhecimento, mas fornece signos distintivos de ordens culturais diversas. Enquanto a presença de livros clássicos em espaços domésticos ou profissionais atribui ao sujeito alto grau de intelectualidade - ainda que a relação com o objeto nem sempre se intensifique nas práticas cotidianas -, os livros de arte, pintura, fotografia e arquitetura atribuem ares de elegância e sofisticação aos espaços (e também aos sujeitos), e colorem, embelezam, modernizam e acrescentam ritmo aos ambientes. O livro na decoração – à semelhança da obra de arte no museu (Bourdieu, 2011) - oferece “gratificações sociais” a qualquer sujeito que dele se apropria. Bourdieu (2011) considera que:

Basta abolir a barreira mágica que transforma a cultura legítima em um universo separado para perceber relações inteligíveis entre as “escolhas”, aparentemente, incomensuráveis – tais como as preferências em matéria de música ou cardápio, de esporte ou política, de literatura ou penteado. Esta reintegração bárbara dos

² Embora seja um objeto tradicional, o livro marca o valor da modernidade, em razão das ressignificações modernas e contemporâneas, que os atribuem novos valores derivados, como observado ao longo do estudo.

consumos estéticos no universo dos consumos habituais (aliás, é contra estes que os primeiros não cessam de se definir) tem, entre outras, a virtude de lembrar que o consumo de bens pressupõe [...] um trabalho de apropriação; ou, mais exatamente, que o consumidor contribui para produzir o produto que ele consome mediante um trabalho de identificação e decifração. (Bourdieu, 2011, p. 95).

Distante da lógica do museu e da biblioteca, observa-se que este campo de atuação do livro não prima, necessariamente, pelos “prazeres altamente depurados” e pela “disposição austera e quase escolar, orientada para o acúmulo de experiências e conhecimentos ou para o prazer do conhecimento e da decifração” (Bourdieu, 2011, p. 253). Pelo contrário. Enquanto livros clássicos, bibliotecas e ambientes de leitores definem “o lugar de culto, neutralização econômica, apreensão pura” (p. 260), a decoração, com disposição mais descontraída, marcaria o lugar da “galeria”, espaço no qual os bens podem ser consumidos para contemplação estética particular e marcação estatutária do sujeito – que se apresenta, por conseguinte, liberto da “necessidade de confirmar o deleite que eles proporcionam e o gosto de que são testemunho” (p. 260).

Uma das suposições extraídas da pesquisa, no entanto, é a de que as relações motivadas pela busca do conhecimento e do prazer literário - promovida pelo livro – produziriam espontaneamente valores positivos às identidades de quem com o objeto naturalmente interage, e, como resultado simbólico desta interação no imaginário social, novas relações eclodiriam por associação. Estas relações “eclodidas”, portanto, estariam buscando aval no valor cultural da leitura e do livro – atitudes e práticas valorizadas socialmente -, embora não necessariamente fossem sustentadas e construídas na base dessas questões. Estes sujeitos estariam reconhecendo o capital simbólico do livro e se apropriando dele para incorporar valores à própria imagem, de forma consciente ou não. Em outras palavras, consideramos, de modo geral, que as relações “arbitrárias” com o objeto, qualquer que seja sua categoria, exibem-se, sobretudo, como reflexo do nobre valor atribuído aos livros, leitura e intelectuais (grupo de referência da pesquisa) – em função do acúmulo de capital cultural deste grupo – sendo reforçado ora a partir da forte influência do discurso literário, ora a partir do discurso midiático. Pressupõe-se que ambos os discursos reforçam as diferentes dimensões que abarcam o universo livresco, promovendo incentivos distintos de “degustação” do livro. A mídia, principalmente: não apenas por sacralizar a cultura legítima, mas,

sobretudo, por apresentar, como observado, “um programa exaustivo dos objetos e dos modos de apropriação legítimos” (Bourdieu, 2011, p. 262). Em outras palavras, tanto os sujeitos (através das relações viscerais ou construídas pelas relações estéticas e pelas falsificações de autoidentidades ³) como a mídia – que, além de atualizar as significações dos bens, promovendo-as socialmente (Baudrillard), torna reconhecíveis os significados do consumo pelos quais os sujeitos compõem seus universos inteligíveis (Douglas e Isherwood, 2004) –, contribuem para a vivacidade do simbolismo do livro e para o deslocamento do objeto a relações sociais inéditas, que transcendem o contato com a leitura e os ambientes de leitores. Se, de um lado, as relações viscerais com o livro auxiliam na construção de identidades reais, “fixas” e estruturantes – “o leitor é muito do que ele lê, vive e vê; inspirando-se, refletindo-se e espelhando-se em personagens ficcionais” (Marcela P.), por outro, constrói imagens sociais avulsas, “efêmeras” – sem, contudo, afetar a identidade –, que tendem a variar, de acordo com a intenção do sujeito ou a perspectiva do observador.

Enquanto a escritora Marcela P. observa a simulação da relação de não leitores com a leitura um indício positivo de que a sociedade tenha, enfim, percebido o livro como um valor, Samantha K., jornalista, percebe na estetização do objeto e no culto ao “douto” a representação muito mais forte de uma cultura essencialmente livresca – que valoriza o intelectual, aquele que fala e escreve articuladamente – do que de uma cultura propriamente leitora, algo que não necessariamente elevaria socialmente a prática e o contato com o objeto cultural em índices reais. Se, para Bourdieu (2011, p. 225), “as coisas, [assim como as pessoas] são socialmente classificadas”, então as diferentes significações do livro constroem os diferentes universos inteligíveis dos sujeitos, compondo um sistema de sinais bastante ágil e eficiente. Enquanto nas relações viscerais os livros acentuam a sabedoria, nas relações construídas esteticamente, marcam valores diversos, como sofisticação, elegância e modernidade. Deste modo, observa-se, a partir das reflexões anteriores, a transformação do livro em suporte das mais variadas leituras, desconectando o objeto da dependência primária com o “mundo da leitura” e o “mundo dos leitores” - Chartier (2010) já havia apontado para este

³ Segundo Giddens (1938), a partir da falsificação da autoidentidade, “independente de quão locais sejam os contextos específicos da ação, os indivíduos contribuem para as influências sociais que são globais em suas consequências e implicações” (p. 09).

deslocamento funcional a partir da observação do uso do livro para fins de magia, distinção social, uso e proteção medicinal. Conclui-se, portanto, que, entre a leitura “textual” da Bíblia ⁴ – primeiro livro impresso e amplamente difundido - e a leitura “visual” dos exemplares decorativos (fotografia, arte, arquitetura e design), o objeto cultural trafega de relações sagradas a interações mundanas. Essa liberdade em relação à recepção do objeto e à produção de novos sentidos, via conteúdo e forma, pode configurar um reflexo do consumo cultural, que a reforça e viabiliza, embora também determine modos prévios de utilização:

De um lado, cada leitor, cada espectador, cada ouvinte produz uma apropriação inventiva da obra ou do texto que recebe. Aí temos que seguir Michel de Certeau, quando diz que **o consumo cultural é, ele mesmo, uma produção – uma produção silenciosa, disseminada, anônima, mas uma produção.** (Chartier, 1998, p. 18 e 19 – grifos meus).

Embora se reconheça que o valor cultural do livro possa vir a ser fator determinante de muitas relações na busca por legitimação de *status*, a pesquisa não buscou fixar resultados, pois entendemos que, quanto mais diversificados sejam os valores de um bem, mais diversificadas também serão suas funções culturais (Bourdieu, 2011). O consumo do livro na decoração contemporânea, por analogia ao pensamento de Bourdieu, não deve ser classificado como “transgressão estética” apenas, mas, sobretudo, como espécie de via de manutenção da supressão da “fronteira sagrada” do objeto-símbolo – movimento anterior que, instantaneamente, o deslocou, através da consagração cultural, do lugar de cultura legítima a participações menos sacralizadas. Assim sendo, os livros funcionam como instrumento de leitura, mas também como instrumento “de sinalização e individualização” - “pistas” subjetivas da imagem dos sujeitos -, influenciados e padronizados pelos grupos (escritores, leitores, professores, autores consagrados)⁵, pela mídia, e por diferentes instâncias do consumo, como o próprio campo da decoração, por exemplo.

⁴ “Com a segunda Reforma, na Alemanha Luterana, a Bíblia se transforma no livro de cada um, de cada momento, na leitura individual, familiar e eclesiástica” (Chartier, 2010, p. 141).

⁵ A intensidade da prática de leitura a que seus “atores” são submetidos constantemente sistematiza e tornam idênticas as representações sociais de certas atividades profissionais, como as dos médicos, professores, psicólogos, pesquisadores, entre outros aqui referidos, tanto na mídia quanto no campo da decoração, pois faz parte do *habitus* (Bourdieu, 2011) destas profissões, quer dizer, são práticas internalizadas por esses grupos, que influenciam suas ações, atuações, falas e classificações (Chartier, 2011).

Este estudo, a partir dos resultados alcançados, não pretendeu, absolutamente, esgotar as questões concernentes ao consumo contemporâneo do livro. Apresentamos, agora, portanto, algumas linhas de pesquisa ou recortes que consideramos complementares às reflexões iniciadas: (1) a partir do acervo da *Biblioteca Nacional*, observar os espaços internos e os mobiliários destinados ao livro e à leitura em residências de escritores brasileiros, entre os séculos XV, XVI, XVIII e XX – momentos importantes da história deste bem cultural –, no intuito de investigar diferenças históricas no consumo do objeto; (2) observar as peculiaridades do consumo de livros raros, via colecionadores, bibliógrafos e investidores; (3) investigar a vida social do livro através de outros espaços sociais, para além da decoração; (4) ou observar se os novos e diferentes consumos, identificados até o momento, influenciaram ou dinamizaram, de alguma forma, as relações tradicionais do livro, buscando detectar possíveis mudanças guiadas pelos deslocamentos sociais do objeto; (5) estudar o comportamento do livro digital, regido pelo mesmo sistema de classificação e significação da vida social; (6) ou concentrar o estudo no consumo do livro impresso nas classes “C, D e E”, nas quais, em virtude da entrada destes jovens nas universidades, cresce, mesmo que ainda timidamente, sua participação como suporte de leitura; (7) estudar o consumo, a partir de experiências literárias que, através do intenso envolvimento com o valor de experimentação do livro, conduzem os sujeitos a expandir o “acordo ficcional” entre a obra e o leitor – conceito de Umberto Eco - para além da própria obra. Uma ilustração deste estudo seria investigar a aura “sagrada” que envolve contatos ficcionais “extra-ficção”, como, por exemplo, visitar a casa de Sherlock Holmes, em Londres, como se o personagem tivesse, de fato, existido; (8) e, por último, aprofundar o desconforto causado pela aplicação de parte da teoria antropológica do consumo ao estudo do livro – um caminho que tem início nas próximas linhas, restrito a notas introdutórias, mas, por tratar-se de uma reflexão bastante complexa, mereceria melhores considerações e embasamento.

Pensando a neutralidade do livro

Ficou um pouco de tudo no pires de porcelana.
(Carlos Drummond de Andrade. Resíduos)

Poderíamos interromper o estudo da “vida social” do livro, sob a perspectiva da *Antropologia do Consumo*, sem suscitar grandes objeções, caso

não tivesse emergido, naturalmente, um ponto hesitante nesta trajetória: como perceber este bem cultural - simbolicamente revestido e, sobretudo, envolto por significados culturalmente cristalizados - como elemento (neutro) que adquire sentido somente a partir de seus usos sociais ⁶? Alcançando facilmente a segunda proposição – no contexto da pesquisa, os livros, de fato, apresentaram-se diferentemente a diferentes públicos ⁷ –, pretende-se, neste momento, registrar o desconforto gerado pela aplicação da primeira parte da teoria antropológica do consumo à observação deste bem industrializado, impulsionado pela ilusão da universalização da comunicação (Chartier, 1998), construído culturalmente, e que, por estes motivos aqui citados, nos parece investido de valores sociais arraigados desde sua criação. Adverte-se, sobretudo, que, ainda que estivéssemos tratando de um elemento natural – uma pedra, a água do rio, a areia da praia –, ainda assim seria delicado, a partir de um entendimento particular, assumi-lo como neutro (ou “mudo”), em razão da dificuldade pessoal em extrair de seus conceitos todos os valores atribuídos socialmente. Avalia-se que, para os bens industrialmente produzidos, a relação entre a força cultural e o objeto seja ainda mais inerente, pois parece constituir a base de sua criação e produção. Citando Bourdieu (2011), difícil qualificar de modo “inocente” aquilo que é regido por apelos comerciais ⁸.

Buscando aliviar o desconforto nos pressupostos da arte neoconcreta, sobretudo na teoria do “não-objeto”, proposta por Ferreira Gullar (2007), pretende-se fazer deste espaço um campo de reflexão da proposta de neutralidade dos bens, no que se refere, especificamente, à realidade da pesquisa. Esta necessidade (pessoal) justifica-se, em primeiro lugar, à medida que se revela, no estudo realizado, meio à identificação das particulares facetas do livro em campos de atuação pouco ou nada tradicionais, a permanência de seu indissociável significado simbólico, que (re)produz constantemente seu sentido social mais amplo. Observou-se que, independente do papel desempenhado – ornamento, reivindicador de *status* ou instrumento de leitura, ora funcionando como suporte,

⁶ A perspectiva antropológica do consumo sugere que os bens sejam neutros, e o que se revelaria social seriam apenas seus usos. Consultar Douglas & Isherwood (2004); Rocha (2006); e Barbosa e Campbell (2006).

⁷ Um colecionador, um arquiteto, um decorador, um amante da leitura, o dono de uma editora não compartilham do mesmo sentimento perante o livro, como observado no capítulo 2 do estudo que aqui se apresenta.

⁸ Bourdieu (2011) observa a impossibilidade de classificar o “nu” no balé como “casto” ou “inocente”, acreditando que “nada do que é comercial pode receber tal qualificação” (p. 14).

móvel, escultura, mesa de centro, prateleira ou apoiador de objetos -, o livro representa um elemento importante da cultura e tende a se apresentar, nas mais diversas ocasiões sociais, sempre acompanhado dos valores previamente atribuídos. Dito de outra forma, embora assuma diferentes funções sociais, quase todas elas apresentaram-se sustentadas por um valor cultural, mais forte e mais consistente, que abarca a circulação da variedade de sentidos que internaliza.

Deslocado a outros espaços – que, embora não fossem idênticos, constituíam, no todo, locais orientados, direta ou indiretamente, por uma cultura letrada -, o livro seguiu carregando o peso de elemento propagador de cultura e conhecimento, ainda que tenha se apresentado despido temporariamente desta função para agregar e acumular outras. No entanto, assumir que os diferentes usos sociais possibilitaram apropriações e experimentações distintas não significa, necessariamente, que tenhamos alcançado a compreensão do objeto como elemento privado de sentido, antes de qualquer contato. Esta percepção se faria mais automática e natural, caso a investigação estivesse detida, por exemplo, aos deslocamentos do livro a culturas fundamentalmente orais (iletradas), quando se imagina avaliar o objeto totalmente desprovido de sentidos cristalizados – ao menos, em um primeiro momento, porque, uma vez circulado, com o tempo, naturalmente seriam também agregados valores positivos ou negativos à sua imagem. Afinal, entende-se que, à semelhança do “pires de porcelana”, o livro, como qualquer outro bem cultural, absorve os conceitos sociais atribuídos, que passam a integrar, simbolicamente, seu “corpo” físico – que carrega, inevitavelmente, uma imagem social. No movimento artístico neoconcreto, pelo contrário, observamos que, propositadamente, os objetos não incorporam as significações anteriores, e, portanto, não induzem seus usos sociais. Por não possuírem função primordial *a priori*, os bens, nestes casos, à semelhança do que seria o livro para as culturas iletradas, revelam seus sentidos somente a partir da experimentação estética de cada sujeito em particular, promovendo uma imensa gama de significados, restrita, no entanto, às particularidades de cada contato. Isto observado, avalia-se que a arte contemporânea - especialmente aquela que trabalha com elementos não previamente classificados e classificáveis – funciona aqui, portanto, como plano prático ideal para chegarmos mais facilmente à compreensão dos pressupostos da teoria antropológica, à medida que explora um

caso irrefragável - excessivamente claro, a partir de uma análise pessoal -, daquilo que traduziria a neutralidade de um bem.

Buscando aprimorar a proposta estética – que, em seus primórdios, ainda observava os significados e práticas habituais anteriores sufocando a tentativa de libertar a arte das significações prévias (Milliet, 1992) -, Ferreira Gullar (2007), um dos principais expoentes do movimento neoconcreto, desenvolve a “teoria do não-objeto” (um objeto sem uso e sem lugar na classificação usual da arte), pela qual se limita o disparo da significação da obra e a revelação de toda a sua potencialidade à participação do espectador, essencialmente. Se Milliet (2007, p. 58) observa o “não-objeto” de Gullar como “um ser do mundo cultural que, por nada representar, é sua própria representação e, portanto, apenas significação”, o artista, por sua vez, acrescenta que este tipo de “arte” impregna-se de sentido *apenas* para aquele sujeito que a significou, transformando-se em “metáfora” daquilo que foi revelado, somente a partir de uma segunda interação sujeito-obra. Embora o livro tenha sido observado por Gullar (2007, p. 57) como o despertar do movimento, visto ser um objeto “manuseável”, tridimensional e provocador de ações, pressupõe-se, para fins deste estudo, que o processo pelo qual trafega desloca-o ao “lugar” da “segunda contemplação”, uma vez observado que o objeto participa, no contexto letrado pesquisado, de conceitos e funções pré-determinados. Em outras palavras, mesmo destituído de contato, o livro tende a irradiar sua forte carga de significação: ao contrário do “não-objeto”, não “oculta” nem “guarda” (Gullar, 2007) do espectador aquilo que significa previamente, salvo em situações especiais como a da sua inserção inicial em culturas iletradas.

A partir da consideração de Gullar (2007, p. 95) que avalia que, de modo geral, “pelas conotações que o nome e o uso estabelecem entre o objeto e o mundo do sujeito, pode o objeto ser apreendido e assimilado pelo sujeito” (p. 95), voltamos a pensar o livro, no contexto específico da pesquisa, distante do conceito do “não-objeto” e da categorização de objeto “mudo”, uma vez que ele significa *a priori* - não somente por participar de um sistema ativo de comunicação, que transmite sentidos instantaneamente, mas, principalmente, por estar categorizado nominalmente, ser apoiado na forma material e ser revestido culturalmente por um sólido caráter simbólico: o livro possui nome, função e usos induzidos que tendem a ser anteriores a qualquer interação. Ao contrário do “não-objeto” da arte

contemporânea, que se define como “um corpo transparente ao conhecimento fenomenológico que se dá à percepção sem deixar resto, uma pura aparência” (Gullar, 2007, p. 90), o livro insere-se na cultura, deixa rastros sociais e não se fecha na materialidade - ainda que muito de sua significação cultural dependa intrinsecamente de sua forma material, de seu caráter visível e palpável, para comunicar valores e juízos⁹, ao menos na observação da realidade estudada.

Se o estudo do livro não foi suficiente para alcançar o estímulo provocado pela proposta antropológica, por outro lado, encontramos no projeto “NBP” - *Novas Bases para a Personalidade* (FIG. 60) -, do artista plástico Ricardo Basbaum¹⁰, um novo caminho de reflexão. Ao criar um artefato “inédito”, vazio, sem nome e “coisa”, restrito à apresentação de si mesmo, que depende necessariamente da participação do espectador¹¹ para disparar sua significação, o curador estimula, conseqüentemente, a produção de reações e experimentações desprovidas de automatismos e pré-expectativas. Para fins da pesquisa, o “NBP”, esperando o manuseio, despido de funções e usos sociais definidos previamente, ilustraria não apenas a teoria do “não-objeto” como a proposta de neutralidade dos bens. Diferente do livro - que não se mostrou neutro nem tampouco imprevisível nos contextos observados -, o “NBP” mostra-se esvaziado de sentido cultural; imprevisível e irreconhecível socialmente¹²; não classificável pré-experimentação; e não familiarizado fisicamente - pelo menos, até segunda ordem, porque, dependendo do desfecho cultural das significações acrescidas ao objeto, esses valores atribuídos individualmente podem vir a tornar-se juízos arraigados, assim como se pressupõe ocorrer com os livros inseridos em culturas iletradas. Nas mais diversas incursões culturais, a título de exemplificação, foram atribuídas ao “NBP” funções das mais variadas - tanque para peixe, em *Valparaíso*¹³; mesa de centro¹⁴, em *Florianópolis*; e banheira infantil, em *Villach* (FIG. 61) - que, sendo restritas a interações individuais, não interferiram umas nas outras.

⁹ Objetos sem nome são, segundo o poeta, inabordáveis (Gullar, 2007).

¹⁰ Ricardo Basbaum foi um dos conferencistas da disciplina *Ciclo Depois do Modernismo*, oferecida pelos departamentos de Letras e Comunicação Social da PUC-Rio no ano de 2012 e toda a referência ao artista deve-se, primeiramente, ao resultado destes encontros.

¹¹ Sujeitos de diferentes países, que se propuseram vivenciar uma nova experiência estética.

¹² Trailer do documentário “NBP”, em: <http://www.youtube.com/watch?v=gFMmWBQ1xNY> - depoimento de um artista que considera ter conseguido anular o objeto de arte, ao banalizá-lo.

¹³ Ref. <http://www.youtube.com/watch?v=TNMKcDLr4JQ>.

¹⁴ Ref. <http://www.nbp.pro.br/blog.php?experiencia=44>.



FIG. 60 - o objeto NBP



FIG. 61 - o objeto NBP significado como banheira

No entanto, em objetos comuns, ainda que a presença em novos meios sociais, e também a arte, atribuam-lhes novos e diferentes significados, avalia-se que as respectivas significações originais dificilmente se anulam por completo: a faca, como observa o artista mexicano Moris ¹⁵, ainda que possua significação distinta em diferentes usos sociais, - e aqui podemos estabelecer um paralelo com a segunda proposição da proposta antropológica do consumo -, continua sendo um artefato que remete à ação do corte. No que se refere ao livro, seu uso primordial parece ainda constituir fator determinante, ainda que indiretamente, em sua seleção para outros espaços sociais, pontuando, mesmo nas relações estéticas, uma espécie de tributo à leitura, à cultura e ao conhecimento. Neste sentido, se fôssemos aproximá-lo de alguma nomenclatura neoconcreta, arriscaríamos defini-lo como “quase-objeto” (Gullar, 2007), uma vez que se apresenta frequentemente como um bem representado, que, à imagem e semelhança do “primeiro”, nunca se mostra totalmente desprendido de sua fonte. Ainda que algumas interações transformem “radicalmente” seu comportamento social, dificilmente o observamos desassociado integralmente de seu sentido original (consultar, em relação à dimensão artística, o depoimento de Ricardo Basbaum ¹⁶).

No entanto, romper com o convencionalismo do livro, arrancando-o dos espaços tradicionais para circulá-lo socialmente, participá-lo das mais variadas relações sociais e integrá-lo às práticas habituais - via os mesmos planos material, simbólico e significativo utilizados por artistas como Lígia Clark para confrontar os tradicionalismos da arte (Gullar, 2007) -, também o expõe a afastamentos do uso original para assimilação de novos sentidos produzidos, por exemplo, por “ações reais sobre o suporte material” (Gullar, 2007). Talvez este configure um dos poucos casos no qual se confirma a proximidade do objeto investigado ao conceito de neutralidade. No estudo realizado, a ocorrência que mais se

¹⁵ Teaser da 30ª Bienal de SP – Moris: <http://www.youtube.com/watch?v=FwY7R1j38fA>.

¹⁶ Teaser da 30ª Bienal de SP – R. Basbaum: <http://www.youtube.com/watch?v=x0w5ocZbauw>.

aproximou do desapego total ou parcial da prática da leitura ou dos valores culturais associados foi a referência às esculturas do artista plástico Alejandro Somaschini¹⁷, que, a partir de uma intervenção estética, transforma livros em arte (ilustração no capítulo 4) – uma interferência que, sobretudo, se assemelha à ação de Lygia Clark¹⁸, quando, na obra *Casulos*, em vez de pintar a tela, age fisicamente sobre ela. Logo, o livro, assim como a pintura (Gullar, 2007), ao conquistar os mais diversos espaços, também encontra formas legítimas de participação da vida social coletiva.

Por fim, estabelecer um paralelo com a produção artística neoconcreta possibilitou avaliar os novos ambientes conquistados pelo livro¹⁹ a partir da analogia ao movimento de supressão da moldura na pintura²⁰ - primeira ação de libertação do suporte (o quadro) que, posteriormente, prolifera as relações sociais da obra de arte. Infere-se, portanto, que a supressão do rigor formal da função original do livro constitui um dos fatores que o conduz a espaços cotidianos, esvaziando-o do “caráter convencional de ficção” para envolvê-lo “aos demais valores sociais” (Gullar, 2007), assim como ocorre com a arte - embora, diferente do grau de desapego alcançado pelo “não-objeto”, seus significados, suas relações de uso e seus hábitos cotidianos, mais do que suas qualidades formais, ainda fundamentem a maior parte de suas aparições sociais na cultura letrada analisada. Mas, se o neoconcretismo reduziu a obra a um “objeto” auto-significante, que nada representa (Gullar, 2007), este ainda não parece ser o lugar do livro, que, enquanto capital literário, no mínimo simboliza posse de recurso cultural, atribuindo “capital social e intelectual” (Bourdieu, 2011), respeito e honra ao sujeito, além de permitir a construção de sentidos a partir da própria composição (a escrita) e promover interpretações tanto a partir do conteúdo (pela leitura textual) quanto da forma (pelas leituras estética e cultural).

¹⁷ Homenageado pela arquiteta Gisele Taranto, que fez referência ao seu trabalho no espaço *Lounge do Hotel do Casa Cor 2012*.

¹⁸ Artista adepta ao neoconcretismo, Lygia Clark associa o livro à cultura e conhecimento ao declarar sua ignorância livresca: “nunca tive cultura nenhuma, mas devo a pessoas como Mario Pedrosa, Mário Schemberg, Ferreira Gullar, minha formação cultural. Eu não lia nada, eles liam muito e conversavam comigo” (Milliet, 1992, p. 21).

¹⁹ Leia-se: cenas políticas, decoração, cenários midiáticos, construção de personagens, etc.

²⁰ Quando, no campo da pintura, os artistas do movimento neoconcreto diminuíram a importância da representação de objetos na tela e se voltaram, sobretudo, para a superfície do suporte, o quadro tornou-se a própria obra de arte, abrindo-se a novas relações.

Considera-se, portanto, que, se na arte, a anunciação do fim do quadro como lugar da pintura envolveu a busca por novos espaços para esta manifestação artística, no caso do livro, além da busca por novos meios para a escrita, o anúncio do fim do suporte material, entre outros indícios, parece ter promovido - ou acentuado - o desejo de extraí-lo do lugar do sacrário para envolvê-lo em novas relações, que, sobretudo, complementam seu valor de base.

*Books not only enrich the mind – they are increasingly designed to appeal the eye. From towers to tableaux, from colour-coded stacks to leather-bound tomes on tables, the book’s ability as an aesthetic aid should not be underestimated.*²¹ (Thompson, 1962, p. 13).

Enquanto Mondrian profetizou o fim do quadro e a integração da pintura na arquitetura (Gullar, 2007), a sociedade contemporânea, enquanto profetiza o fim do livro impresso, simultaneamente eleva o valor cultural de sua materialidade e o transforma em símbolo legítimo de cultura. Por analogia à teoria de Gullar (2007) em relação à arte, pressupõe-se que, enquanto a “casca histórica” do livro permanece nas bibliotecas, sua “significação viva” (Gullar, 2007) circula vigorosamente por outros espaços. De todo modo, mostrou-se interessante observar o objeto de estudo segundo este “tecido de significações e intenções que constitui o mundo humano” (Gullar, 2007) – o mesmo que o permite deslizar, de modo prestigioso, do nível conceitual ao nível prático e estético.

²¹ “Os livros não só enriquecem a mente - eles estão cada vez mais projetados para atrair a atenção. De torres a mesas de centro, das pilhas coloridas aos volumes de couro expostos sobre as mesas, a capacidade do livro como auxílio estético não deve ser subestimada”. (Thompson, 1962).